

Movimento pró-Constituinte ganha campanha nacional

Da Sucursal do Rio

"Acabamos de comemorar o 95º aniversário da Proclamação da República. Ante os graves problemas que oprimem o povo brasileiro afirmamos, como denúncia e compromisso, que não podemos chegar ao primeiro centenário da República com algemas nos punhos e a maioria da Nação esfarrapada e faminta". Assim começa o manifesto do novo Movimento Nacional pela Constituinte a ser lançado amanhã na Associação Brasileira de Imprensa e que foi redigido pelo bispo d. Mauro Morelli, de Duque de Caxias (RJ); pelo vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Herman Baeta; pela presidenta da Federação das Associações de Moradores do Rio, Jô Rezende; pelo prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes (PMDB), e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, presidente do Centro Brasil Democrático (Cebrade).

O manifesto, de três páginas, cita vários trechos de documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Ordem dos Advogados do Brasil reivindicando a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Segundo seus organizadores, já tem assinaturas de dez bispos, de vários prefeitos de grandes cidades e de diversas federações de associações de moradores, como as dos municípios da Baixada Fluminense. A intenção do movimento é iniciar uma grande campanha nacional que discuta a convocação de uma Constituinte com ampla participação popular.

"Não podemos reconhecer como democrática - afirma o documento - uma Constituição que venha a ser formulada sob tutela e, pior ainda, condicionada pelas expressões ilegítimas, embora legais, resíduos do autoritarismo e do arbitrio. Por esta razão, como primeiro passo à Constituinte, devem ser renovados ou

alterados os seguintes instrumentos jurídicos: Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Lei de Greve, CLT, Lei dos Estrangeiros, Lei Orgânica dos Partidos. Pela mesma razão deve ser adiada até a promulgação da nova Carta Magna a tramitação dos ante-projetos dos códigos Civil, Penal e de Processo Penal. Desejamos uma República nova, realmente federativa, cuja unidade básica e politicamente forte seja o município".

O movimento, que pretende retomar o caminho "para uma nova e justa ordem social" do qual o movimento popular se afastou com o fim da campanha pelas diretas, fará seu primeiro ato público no dia 26 de janeiro no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, escolhido exatamente por estar sob tutela da Lei de Segurança Nacional e por ter, no contingente que forma sua população, um grande número de operários e uma maioria de migrantes nordestinos.

"A participação da Nação organizada - conclui o documento - onde os partidos políticos têm uma responsabilidade fundamental, somando-se as contribuições de todas as forças sociais, a partir das associações de moradores, comunidades de base, associações culturais, entidades de classe, sindicatos e todas as entidades associativas civis, religiosas ou militares, dará a base normativa para os trabalhos da Assembléia Constituinte, eleita pela Nação brasileira. Acreditamos que este amplo, democrático e popular movimento fará nascer a nova República. Sabemos que as agruras da travessia do deserto, que conduz à Pátria Livre, não assustarão nem desanimarão o povo brasileiro. Cinco anos nos separam do primeiro centenário da República. O tempo é curto e grande o caminho. Lembremo-nos que o deserto é fértil".

Vereadores de todo o País fazem encontro em Salvador

Cerca de cinco mil vereadores de todo o Brasil estarão reunidos a partir de hoje em Salvador, no 21º Encontro Nacional de Vereadores. O encontro se prolonga até a sexta-feira e os assuntos debatidos serão condensados em um documento a ser entregue ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, a título de sugestões ao seu governo quanto aos problemas.

O evento é promovido pela União de Vereadores do Brasil, cujo presidente é Aldo Belarmino, do PDS de Florianópolis. Ele explicou que os principais temas se referem às questões financeiras dos Municípios e à necessidade de se executar uma ampla reforma tributária. Para

orientar os debates neste sentido, foi convidado o deputado federal Irajá Rodrigues, do PMDB do Rio Grande do Sul.

"O vereador e a Constituinte" é outro tema destacado pelo presidente da União dos Vereadores do Brasil, que reclama uma participação maior do Legislativo Municipal dentro das grandes questões nacionais. Da programação consta também a luta pelas eleições diretas para prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e Municípios considerados área de segurança nacional, já que, segundo Belarmino, "não é justo que se levem cinco milhões de pessoas à praça pública gritando por diretas só para presidente da República".



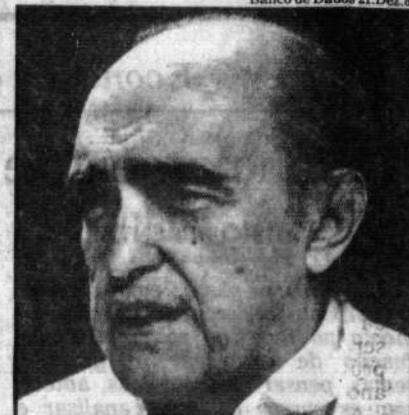
D. Paulo Evaristo Arns



D. Ivo Lorscheiter



D. Mauro Morelli



Oscar Niemeyer

Igreja dará prioridade a uma nova Carta

Reportagem Local

A luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte será prioritária na atuação política da Igreja durante o governo Tancredo Neves. Um manifesto encabeçado pelo bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, 9 anos, já está recebendo adesões no episcopado. Ao lado disso, terá ênfase a mudança de estratégia na ação eclesial, com destaque para a atuação dos leigos, um tema central, aliado da Teologia da Libertação, na próxima assembleia da CNBB a ser realizada em Itaici, município de Itaipava (SP).

Para o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 57 anos, depois de um período desenvolvimentista (dos anos 60 a 64), de vanguarda na defesa dos direitos humanos no período mais duro do regime aida vigente) e de participação na luta pela institucionalização política do País, a Igreja começa a viver nova etapa. "Acentuamos o nosso papel fermento e o povo organizado assume sua caminhada, sem esperar pela voz da

hierarquia. Aumenta a consciência social dos brasileiros", destaca.

Para o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, 63 anos, arcebispo de São Paulo, "o pleito que não pode ser direto, seja ao menos correto, obedecendo às regras estabelecidas". E acrescenta: "Na forma da lei deve levar quem ganhar; o mais se fará depois, levando em conta a verdadeira noção do poder democrático exercido". Preocupado com a "transição pacífica para a democracia", d. Paulo vê como desafios centrais para Tancredo o desemprego, os conflitos de terra e "a restituição da confiabilidade no serviço público". Mas "a prova de fogo" do novo governo, segundo d. Paulo, "será a nova Constituição, que deve ser feita à base de amplas consultas e debates públicos".

Diante da luta sucessória, a Igreja assumiu discreto papel de apoio às diretas-já (a assembleia de Itaici, em abril, enviou telegrama de apoio à emenda Dante de Oliveira), repudiou, depois, os casuismos e métodos

malufistas de campanha, mobilizou suas bases "pela dignidade nacional" no jejum e dia de oração em outubro. Mais recentemente, posicionou-se pela legalidade diante de ameaças golpistas. E na reunião com Tancredo, em setembro, apresentou sua preocupação básica com a dívida social acumulada no País e com a questão da participação do povo na retomada do desenvolvimento.

Será, aliás, a participação da maioria a principal cobrança da CNBB ao governo Tancredo. "Todas as propostas, como o pacto social, devem ser amplamente discutidas nas bases, que devem participar das decisões", afirma d. Paulo. "O pacto social, embora válido como proposta, só será adequado às expectativas populares se criar canais de diálogo que assegurem a participação dos vários segmentos da sociedade", completa o secretário geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, 54 anos.

"O decisivo agora - diz o bispo de Goiás Velho (GO) d. Tomás Balduino,

no, 62 anos, - não é o trabalho da CNBB, da OAB ou da ABI, mas que o povo ocupe efetivamente os espaços conquistados". Para ele, o voto no Colégio Eleitoral, pró-Tancredo, "será também um voto útil" e "a luta pelas diretas voltará de forma nova, na luta pela Constituinte que deverá definir um novo modelo econômico, a reforma agrária, além de revogar leis arbitrárias ainda vigentes".

Para o bispo de Bauru (SP) d. Cândido Padin, 69 anos, com o novo quadro político "deverão ficar claras as aspirações dos vários setores da sociedade e isto deverá desembocar naturalmente na preparação da Constituinte que, esperamos, seja convocada pelo futuro governo".

"A respeito da Constituinte - diz d. Padin - há uma convergência de propósitos entre órgãos da Igreja e entidades representativas da sociedade, manifestando o desejo de apoiar a participação popular na reforma constitucional. Considero muito importante que a Igreja promova uma ampla participação no período preparatório da Constituinte".

Montoro arma esquema para segurar sua sucessão

Reportagem Local

A luta interna do PMDB de São Paulo pela sucessão do governador Franco Montoro está gerando um clima de aguda preocupação dentro do partido e junto o próprio governador, pelo envolvimento das máquinas partidárias e administrativas com a clara possibilidade de enfraquecimento do prestígio e do comando do chefe de executivo, que alimenta projeto político de longo prazo e que não quer se desgastar precocemente.

Ainda hoje, um grupo de dirigentes e parlamentares do partido vai discutir um documento em que se faz essa advertência aos três candidatos ostensivos ao governo do Estado - o

prefeito Mário Covas, o vice-governador Orestes Quêrcia e o senador Fernando Henrique Cardoso. Montoro não apenas conhece a disposição desse grupo em formalizar um "sinal vermelho", como estimulou o movimento em reunião ocorrida no Palácio dos Bandeirantes na noite da última sexta-feira, logo após o comício da praça da Sé. Nessa ocasião, ele pediu ao deputado José Gregori para lhes passar as notas taquigráficas de um discurso feito pelo parlamentar na Assembléia Legislativa na tarde de quarta-feira, em que Gregori fazia críticas ao que chamou de "açodamento" dos pretensos candidatos peemedebistas à sucessão estadual.

O documento, do qual um dos

principais articuladores é o dirigente peemedebista José Anibal, dirá que o partido exige um "confronto de idéias" e não de oportunismos para que surja na ocasião oportuna o candidato de consenso ao pleito de 1986. Dirá também ser necessário pôr um ponto final nessa luta em que se usam expedientes pouco recomendáveis. O governador Franco Montoro já se manifestou discretamente favorável ao documento e a todo e qualquer movimento para um controle da desenvoltura com que os três candidatos estão agindo.

A advertência, que é dirigida "ao partido", será encaminhada ao governador, aos candidatos e ao depu-

tado Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, ainda amanhã.

O governador manifestou, na noite de sexta-feira, o desejo de reunir-se com Mário Covas, Orestes Quêrcia e Fernando Henrique Cardoso para uma conversa definitiva o mais rápido possível, mas a impossibilidade imediata de Ulysses levou Montoro a adiar por mais dois ou três dias a convocação da reunião. Entende o governador Franco Montoro que a presença de Ulysses Guimarães é da maior importância, tanto pela colocação de seu nome nas versões da sucessão estadual, como pela ascendência que o presidente nacional do partido tem sobre os peemedebistas de São Paulo.